

À FONÉTICA E A PRÁTICA DE ENSINO/ APRENDIZAGEM¹

Clarice Nadir von Borstel*

Resumo: No momento, embora os estudos da lingüística tenham abordado inúmeros aspectos, relacionados ao ensino/aprendizagem de língua, ainda há poucos resultados práticos de suas contribuições para o ensino. Por essa razão, cada vez mais se discute a importância da lingüística sobre os fundamentos das práticas pedagógicas na escola. Assim, a proposta do presente estudo é promover uma reflexão sobre as questões relacionadas à evolução histórica da fonética, à descrição dos sons e como está sendo trabalhada no livro didático de quinta série.

Palavras-chave: Fonética. Livro didático. Práticas pedagógicas.

Abstract: Presently, though studies on linguistics have worked on innumerable aspects related to the teaching/learning of a language, there are only a few practical results of their contributions for education. Therefore, the importance of linguistics for the fundamentals of the pedagogical practice in school is more frequently discussed today. The aim of the present study is to reflect on the issues related to the historic evolution of phonetics, on the description of the sounds, and on how these matters have been dealt with in the didactic book of the fifth year (Ensino Fundamental).

Keywords: Phonetics. Didactic book. Learning concepts.

Introdução

A questão da linguagem numa sociedade em que se faz o uso de fa-
lares multilingüísticos e multiculturais, em comunidades de fala onde estão
enraizados imigrantes e seus descendentes, sem que sejam desconsideradas,
deve ser conceitualizada no interior deste quadro sociocultural e lingüístico.
E por isto se faz necessário estudar as conceitualizações dadas na evolução
dos estudos fonéticos, tratando-se de segmentos da fonação e dos elementos
prosódicos no tempo e em um dado espaço geográfico.

¹ Estudo apresentado em forma de comunicação no 16º InPLA – Intercâmbio de Pesquisas em Lingüística Aplicada, no simpósio Re-construindo os sentidos pela ótica da pesquisa aplicada – PUC/SP, em maio de 2007 e na 10ª Jornada de Estudos Lingüísticos e Literários, na Unioeste, em outubro/2006.

* Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste do *campus* de Marechal Cândido Rondon, Paraná. Doutora em Lingüística pela UFRJ e Pós-Doutorado em Lingüística Aplicada pela Unicamp.

A importância da reflexão que se faz neste estudo sobre as concepções dadas à fonética é histórica, quando é tratada como ciência da linguagem. Mas, para poder fazer esta afirmação sobre ciência da linguagem, parafraseia-se Boaventura de Sousa Santos (2003), que cita que todo o conhecimento científico-natural é científico-social, ou seja, “o avanço do conhecimento das ciências naturais e a reflexão epistemológica que ele tem suscitado e têm vindo a mostrar os obstáculos ao conhecimento científico da sociedade e da cultura que são de fato condições do conhecimento em geral, tanto científico-social como científico-natural” (2003, p. 43). Ainda, segundo o autor, os fatos, o cenário, o texto ou biografia, o mundo, tudo isto, é comunicação e, por isto, a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a *situação comunicativa*, assim como a concebe Habermas (2000). Santos, quando faz uma reflexão dizendo que todo o conhecimento é local e total e, ou sendo total é também local “[...] porque o conhecimento reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando-lhes a sua exemplaridade, e, por essa via, transforma-se em pensamento total ilustrado” (2003, p. 48). O autor faz também uma reflexão afirmando que todo o conhecimento é autoconhecimento, e que “a ciência moderna legou-nos a um conhecimento funcional do mundo e que alargou as perspectivas de sobrevivência” (2003, p.53). Quer dizer que, “[...] não se trata tanto de sobreviver como de saber viver, isso é necessário para uma forma de conhecimento, que é compreensivo e íntimo que não nos separe, mas antes, nos una pessoalmente ao que estudamos”, (2003, p.53-54). É neste sentido que Santos diz que todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, ou nas considerações do autor, “o senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão de mundo assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individual” (2003, p.56). Por último, o autor coloca que o senso comum é retórico e metafórico. Não ensina, mas há um ato de persuasão daquilo que é parafraseado do outro.

É no conhecimento e no autoconhecimento do senso comum, que se apresentam, neste artigo, os estudos históricos da fonética, como ciência da linguagem, pelos estudiosos de língua, desde a Idade Média até o momento atual, e a fonética, sob o ponto de vista descritivo dos sons da linguagem. Far-se-á, também, uma reflexão sobre como a fonética é tratada e estudada no Livro Didático *Português: linguagens*, de William R. Cereja e Thereza Cochar Magalhães, de quintas séries, adotado pelo Colégio Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio, no ano de 2006, Marechal Cândido Rondon, Paraná.

1 A fonética do ponto de vista histórico

Inicia-se esta reflexão sobre a história da fonética, citando Trubezkoy (1939 apud CÂMARA JR., 1977, p.120-121), que diz que a fonética é o estudo fônico do ato de fala e a fonologia, o estudo fônico do sistema lingüístico. Sabe-se que é impossível privilegiar somente os estudos da fonética sem tratar dos estudos da fonologia, pois os dois se completam nas explicitações dos sons do usuário em uma dada língua e, ou comunidade de fala. Os estudos dos fonemas da língua e de suas variantes livres e contextuais competem à área dos estudos lingüísticos que vem a ser a fonologia.

O intuito não é apresentar somente os conceitos fonéticos, mas mostrar como praticá-los, fornecendo as informações necessárias de estudos já desenvolvidos, de modo a dar ao estudante de graduação e pós-graduação a base indispensável para o entendimento efetivo dos pensamentos atuais em fonética.

Desde os estudos de Trubezkoy, várias foram as concepções dadas aos conceitos da fonética. A de Malmberg é que “a fonética é o estudo dos sons da linguagem [...] ocupa-se apenas da expressão lingüística” (1970, p.9).

Sabe-se que os estudos da fonética têm suas limitações, pois Câmara Jr. cita que “por um lado, há o reconhecimento da legitimidade da fonética como ciência de observação natural, à margem e subsidiária da lingüística; de outro lado, o sentimento da necessidade de uma nova disciplina paralela, para estudar as verdadeiras aplicações lingüísticas das realizações do aparelho fonador”, (1977, p.21-22). Quando se trata da pronúncia dos sons pelo aparelho fonador, Câmara Jr. citou os estudos de Gabelentz, em 1901, quando este tratou de uma gramática de sons em que “a fonética tem de pesquisar todas as manifestações possíveis de cada órgão fonador e, conseqüentemente, também as que decorrem de uma incapacidade mórbida individual do falante, como, por exemplo, a ação de uma coriza seca ou a falta de dentes na produção de som” (1977, p.21), pelo usuário.

O estudo da fonética dada como ciência é muito antigo, e insiste-se na importância da mesma para o estudo científico das línguas. Na Idade Média, no século XII-XVII, ela foi trabalhada pelos gregos e romanos, os quais faziam confusão entre o *som* e a *letra* (culto ao desenho das letras góticas). Teoricamente, havia distinção entre os dois conceitos: o valor fônico era esquecido, predominava o aspecto visual da letra (seu aspecto gráfico era em

forma de figuras e, ou letras). Ou seja, as próprias leis fonéticas eram, não raro, em termos meramente gráficos que se apresentavam como a noção de som pela de símbolo visual ou a letra que o representava. Exemplifica-se com um fragmento de um texto arcaico de Vasconcelos sobre o português escrito, provavelmente, do século XIII ou XIV: “Lenda do Rrey Leyr – Este rrey Leyr nom ouue filho, mas ouue três filhas muy fermosas e amaua-as muito. E huum dia ouue sas rrazões com ellas e disse-lhes que lhe dissessem verdade, qual dêllas o amaua mais...” (1970, p.40). Neste período medieval, a grafia portuguesa apresentava uma configuração fonética.

No final do século XVII, a fonética recebeu reforço com os estudos biológicos da linguagem. Passaram a constituir foco de pesquisa os órgãos da fala e a sua maneira de produzir o som da linguagem.

No século XIX, na Europa, desenvolveram-se os estudos fonéticos sob a forma de filologia histórico-comparativa indo-européia, não ocorrendo uma conceituação clara de fonética. Trabalhava-se com o estudo de textos literários e religiosos antigos. Sob a abordagem fonética, costuma-se dizer que o estudo das correspondências sistemáticas parciais entre os sons de palavras, equivalente em diferentes línguas como resultado de mutações no tempo e no espaço geográfico, foram observadas por Jacó Grimm, em 1822. Os estudos comparativos, envolvendo as línguas nórdicas, germânicas, grega, latim, lituano, eslavo e armênio, foram analisados em 1818, por Rasmus Rask, e o texto foi escrito em dinamarquês. Grimm, em seus estudos histórico-comparativos, observou que as línguas germânicas tinham freqüentemente: (a) *f* onde outras línguas indo-européias (latim ou grego) tinham o *p*; (b) *p* onde outras línguas tinham o *b*; (c) a consoante *th* onde outras tinham o *t*; (d) a consoante *t* onde outras tinham *d* (LYONS, 1979, p.27-28). Grimm explica que houve uma correspondência bastante simplificada sobre o gótico, a variedade germânica de documentação mais antiga, para o latim, o grego e o sânscrito.

Este estudo tornou-se conhecido como *lei de Grimm* ou como as *leis fonéticas* formuladas pelos estudiosos comparatistas. Grimm observou, em seus estudos, que “a alteração fonética dá-se na maioria dos casos, mas nunca se opera completamente em cada caso particular, alguns sons nas palavras mantêm a forma da época anterior, às vezes a inovação passa sem afetá-las”, (LYONS, 1979, p.28).

Em 1875, Karl Verner supunha que o sânscrito havia conservado a posição primitiva do acento das palavras indo-européias e que a alteração fo-

nética germânica tinha-se dado pela mudança do acento, para a posição inicial da palavra. Isto se dava em um determinado período pré-histórico do germânico. Por exemplo, no inglês, a identificação das consoantes intervocálicas, como nas palavras *father* e *brother*, deve-se à evolução da língua, ocorrendo na estrutura fonética no inglês antigo, mas não com o alemão moderno *Vater* e *Bruder*. Portanto, a lei de Grimm tornou-se mais precisa com a lei de Verner para poder dar uma explicação mais satisfatória sobre as palavras que não haviam evoluído, de acordo com estes estudos e cujas condições fonéticas elas pareciam preencher (LYONS, 1979, p.29-30). Neste período, trabalhou-se com as leis fonéticas de Grimm, Verner e outras, em termos meramente gráficos. Na maioria das vezes, apagando-se a noção de som (CÂMARA JR., 1977). Em muitos casos, as exceções aparentes às leis fonéticas eram explicadas por empréstimos. A existência de formas consonantais diferentes, por exemplo, explicavam que o latim tinha tomado emprestado traços fônicos de um dos dialetos vizinhos, bastante aparentado nas evidências dadas ao latim, mas estas mesmas evidências fonéticas davam-se por uma evolução regular da língua (LYONS, 1979, p.30).

Ainda no século XIX, desenvolveram-se as ocorrências fônicas de um estudo fonético descritivo, caracterizando-se como uma ciência natural, associada à fonética e à fisiologia, quase que como paralela à lingüística.

Pautando-se nos estudos de Faraco (1998), vale ressaltar que, em 1857, Schleicher fez o primeiro estudo a partir da fala e não de textos escritos. O autor morou durante um tempo entre os camponeses da Lituânia, para poder descrever a oralidade do falar lituano. Este estudo, porém, deu-se com base nas leis fonéticas do método comparativo.

Ainda nas colocações de Faraco (1998), na metade do século XIX, caracterizada como a época dos neogramáticos, vários foram os estudiosos. Cita-se, em especial, a abordagem dada por Leskien, em torno de 1870, dizendo que as mudanças sonoras davam-se num processo de regularidade absoluta, ou seja, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, no mesmo ambiente, em todas as palavras, não admitindo exceções, em que a regularidade da mudança havia sido afetada pelo processo de analogia .

O lingüista austríaco Hugo Schuchardt (1883, 1888, 1909; apud TARRALLO e ALKMIN, 1987, p.111-126) opôs-se ao conceito das leis fonéticas,

quando dos seus estudos sobre os *pidgins*² e *crioulos*³ - línguas em situação *de* e *em* contato - como no caso do crioulo português da Indonésia. O autor chama a atenção para a imensa variedade lingüística em uma determinada comunidade de fala, variedades essas por fatores de escolaridade, idade, etnia do usuário. Schuchardt, em seus estudos, mostrou como essas variedades de línguas *em* e *de* contato se influenciavam, quer pela proximidade geográfica, quer em decorrência de invasões, conquistas e intercruzamentos étnicos e culturais.

No início do século XX, Meillet, em 1926, aponta uma perspectiva mais sociológica aplicada ao estudo empírico, cuja condição principal de mudança lingüística é a realidade descontínua (heterogênea) das línguas. Foi um dos primeiros estudiosos que tentou formular orientação teórica para o estudo da história lingüística que incorporasse dados diferentes da realidade sociocultural das línguas.

Com os estudos estruturalistas, no início do século XX, a língua tornou-se hegemônica.

Porém, a língua, sob o ponto de vista estruturalista funcional e social, foi retomada somente em 1955, por Martinet (1978), quando tratou dos traços pertinentes e do emprego das unidades distintivas dos traços fônicos sobre estudos de mudanças lingüísticas.

Porém, foi nos anos sessenta do século XX, sob o enfoque da teoria estruturalista, que a dialetologia e a sociolingüística mostraram, a partir de dados empíricos, uma maior consistência e que a realidade da mudança lingüística estava correlacionada à fonética/fonologia de uma determinada língua e/ou de línguas em contato, aos aspectos sócio-culturais, à escolarização, à idade, à religião, ao tempo e ao espaço em que o usuário estava inserido. Também no séc. XX, com o surgimento da fonética experimental, é que se observavam as alternâncias, as pertinências e as oposições dos traços fônicos com um maior cuidado, com a utilização de aparelhos especializados, levando em consideração o apoio de instrumentos laboratoriais. A partir deste estudo, foi dada grande ênfase à análise descritiva dos sons das línguas.

² Quando as pessoas, em um mesmo espaço geográfico, falam línguas diferentes e precisam se comunicar umas com as outras, elas adaptam, partes da estrutura de uma língua com a da outra, um jargão (língua alterada ou rompida, conjunto de partes não coordenadas pela mesma estrutura lingüística), conhecido na lingüística como *pidgin* (em inglês, jargão resultante da mistura de inglês e chinês).

³ Quando se aplicam sobre o *pidgin* as regras da gramática universal, elas fazem com que surja o falar *crioulo*. Ao contrário do *pidgin*, o *crioulo* tem todas as características de uma verdadeira língua.

A partir dos anos cinquenta, do século XX, surge a teoria gerativista por Noam Chomsky. Na década de noventa, o autor e estudiosos tratam sobre a teoria de Princípios e Parâmetros, quando a organização de uma gramática de uma dada língua é analisada a partir do *léxico*: com informações fonológicas, semânticas e sintáticas como categorias e de seleção; na *sintaxe*, dão-se as operações de concatenação e movimento, resultando na *forma fonética*, como um sistema articulatório-perceptual, e na *forma lógica, a fonologia*, como um sistema conceptual-intencional. (CHOMSKY; LASNIK, 1995). Quando se pretende representar informações de traços fonéticos dialetais pelo léxico com as informações fonológicas, sintáticas e semânticas, em uma dada variação lingüística, os traços fonéticos podem ser percebidos pelo léxico como um repositório de todas as propriedades de idiosincrasias, empréstimos e vestígios históricos de itens lexicais individuais, de grupo de falantes e/ou de região. Estas propriedades incluem a representação da forma lógica fonológica de cada item, a especificação de sua categoria sintática e suas categorias semânticas (CHOMSKI; LASNIK, 1995).

2 A fonética: descrição dos sons

A partir das seqüências históricas arroladas acima, interpreta-se a fonética como uma ciência que tem por objetivo fornecer uma descrição física (em termos da acústica – os sons se propagam através do ar) e uma descrição fisiológica e psico-cognitiva (em termos articulatórios – produzindo sons pelos movimentos do aparelho fonador, auditivos e perceptivos) dos sons da língua. Descrevem-se precisa e minuciosamente as ondas sonoras resultantes da fala e sua propagação no ar.

A fonética descreve também, para cada som, a posição rigorosa da língua, o volume da cavidade bucal e a nasal. Fornece, ainda, informações sobre a energia de expulsão do ar pulmonar e mede a energia dos músculos, atuados por essa expulsão. Ocupa-se, pois, com o mecanismo fisiológico gerador da fala humana, envolvendo órgãos do aparelho respiratório, digestivo, circulatório e do sistema nervoso central (neurolingüístico).

Trabalha, ainda, com a percepção das ondas sonoras pelo ouvido humano. Ocupa-se tanto da fisiologia do ouvido e dos órgãos associados à audição, como da psicologia da percepção. Quando a percepção da fala chega

ao cérebro, ativa-se o processo neurolingüístico, que irá interpretar os sons e associá-los aos respectivos significados de uma dada língua, pelo processo cognitivo.

Sobre a fala, enquanto processo de fonação, explicita-se os estudos de Massini-Cagliari e Cagliari (2003), quando tratam das unidades maiores e das menores dos sons da enunciação lingüística.

As unidades menores da fala são os segmentos consonantais e os vocálicos. Os segmentos consonantais se diferenciam pelos traços distintivos: de vozeamento (sons surdos/sonoros e, ou vozeados/desvozeados); de modo de articulação (oclusivos, nasais, fricativos, africados, laterais, vibrantes múltiplas e simples ou *tepe*, retroflexas e aproximantes); e de lugar de articulação (labial ou bilabial, labiodental, dental, alveolar, palatoalveolar, alveopalatal, palatal, velar, uvular, faringal, glotal). Os segmentos vocálicos se diferenciam pelos traços distintivos: pela região articulatória (anterior, central e posterior); pela altura (fechada, meio-fechada, meio-aberta, aberta); pela labialização (não-arredondada e arredondada), pela tonicidade e pela nasalização.

Segundo Ladefoged (1971, 1983 apud MASSINI-CAGLIARI; CAGLIARI, 2003, p.112), o processo de fonação compreende as possibilidades articulatórias das estruturas da laringe e, sobretudo, das cordas vocais (oclusivas glotais, fricativas glotais, vozeamento, ensurdecimento, aspiração, murmúrio, falseto).

As unidades maiores são denominadas de elementos prosódicos (duração, freqüência fundamental e intensidade são termos acústicos para os correlatos perceptivos da quantidade, altura e volume dos sons). Quando a fala se dá em forma de melodia, têm-se a entoação e os tons; quando a fala é harmônica, apresentam-se o acento e o ritmo. A entoação se dá pelos segmentos silábicos, ou seja, quando ocorre uma certa altura melódica, nas línguas tonais, como no caso do chinês em que a sílaba tem uma altura melódica fixa. Porém, nas línguas entoacionais, como o português, há diferentes tipos de alturas melódicas (declaração, asserção, interrogação, exclamação, entre outras), e um enunciado pode revelar alegria, tristeza, raiva, dúvida, incerteza, humor, zombaria. Um padrão entoacional forma um grupo tonal (acento primário: *cafezinho*, acento secundário: *cafezinho* e o acento frasal: *Por favor, tome um cafezinho*); o acento de intensidade tem um papel distintivo, em palavras como *sabia*, *sábua*, *sabiá*. Sob o enfoque fonético, todo e qualquer texto falado possui ritmo quanto à duração silábica e os acentos tônicos e átonos.

Nas considerações de Callou e Leite (1990), a prosódia abrange fenômenos fonéticos segmentais, pois afetam mais de um elemento segmental, como no caso da nasalização, labialização, velarização, que podem apresentar uma harmonização perfeita de sons. Assim, a nasalidade vocálica pode ser interpretada como um traço prosódico, bem como o acento de intensidade, a duração ou o tom. Atualmente, os estudiosos da fonética e da fonologia têm-se voltado para o estudo do ritmo na fala, a qual esteve mais restrita à estética e à rima pelos poetas. A rima, sob a concepção lingüística, foi abordada por Câmara Jr. (1977), nos capítulos II e III de seu livro *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, em que cita que “a rima é, antes de tudo, um fenômeno fonético” (1977, p.87). Mas, ainda segundo o autor, para uma explicação fonética é necessário que se parta de um conceito dos elementos fônicos, desprendido do efeito acústico integral que apresentam em cada enunciação. Reconhece-se que, acima da realidade física, há uma realidade que se chama de sistema fonológico, de uma determinada língua.

3 O livro didático e a postura do professor

O ensino da fonética do português brasileiro, nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio, tem dado um enfoque maior a este assunto, de acordo com a orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica (2006). Além dessa característica, relativamente mais recente, as condições de ensino e aprendizagem na escola regular são, em vários casos, pouco satisfatórias quando da prática didática dos estudos da fonética. Sabe-se que os alunos dos Cursos de Letras, atualmente, têm uma formação lingüística sobre os conceitos de fonética e fonologia e sua aplicabilidade quando das variações lingüísticas quanto aos segmentos consonantais e vocálicos, como também sobre os elementos prosódicos do falar do português brasileiro, ou seja, a descrição e a variação dos sons do falar português nas várias regiões do país.

Este estudo restringe-se à análise e a reflexão do uso da fonética, no livro didático: *Português: linguagens*, de William R. Cereja e Thereza Cochar Magalhães, de quintas séries, adotado pelo Colégio Eron Domingues – Ensino Fundamental e Médio, em 2006, de Marechal Cândido Rondon, Paraná. Os textos e atividades práticas de apoio dados no Livro Didático para analisar os traços fonéticos e a diversidade do português brasileiro e de comunidades

interétnicas não se efetivam na prática didática, pois os textos tratam mais especificamente de questões sobre gramática e ensino de gramática, do que propriamente de uma abordagem lingüística sobre traços segmentais consonantais, vocálicos e elementos prosódicos, sob o aspecto da diversidade lingüística do falar do português brasileiro.

Na análise do Livro Didático, de quintas séries, verificou-se que foram abordados vários assuntos que tem a ver com a fonética, como nos casos a seguir: na p. 25, a apresentação do conceito de pronúncia; na p. 43, a fala: entonação de frases interrogativa, declarativa, exclamativa e imperativa; nas páginas 48-49, sobre a oralidade; na p. 51, sobre a apresentação de um texto “A moda caipira” de Elias José. Porém, o texto não foi analisado e interpretado sob a concepção dos traços fônicos distintivos da fala caipira e/ou de base rural com a variação institucional e/ou urbana, levando-se em conta um enfoque contrastivo. Assim também, na p. 69, no poema *Ruaruaruasol*, de Ronaldo Azeredo, poderiam ser analisados os elementos dos traços consonantais da vibrante múltipla e simples, como também o uso de elementos prosódicos de junção das sílabas, mas isto não ocorreu nas explicações sobre a prática de ensino/aprendizagem, em sala de aula, com o Livro Didático. Na p. 113, foi apresentado um poema sobre acentuação, não enfocando a tonicidade das sílabas, mas sim os aspectos gramaticais de acentuação, o mesmo ocorrendo nas páginas 160-161, sobre interjeições; na p. 162, sobre letra, fonema e dígrafo; na p. 163, com encontros consonantais; p. 179, com encontros vocálicos; p. 182, sobre a divisão silábica; p. 207, sobre sílaba tônica e átona, e na p. 242, com a acentuação das paroxítonas.

O fato é que, a partir destas constatações, pode-se refletir melhor sobre a atuação na formação inicial e continuada de professores sobre os estudos da fonética no Livro Didático, evidenciando-se, provavelmente, o mesmo, na sala de aula. Observou-se que só o domínio da teoria da fonética e as concepções teóricas dos métodos utilizados pela fonologia não levam ao desenvolvimento de uma prática pedagógica. Não que este não seja necessário. A preocupação com questões relativas à formação de professores deve partir de uma reflexão sobre como é trabalhada a fonética na sala de aula, com base no Livro Didático, sob o enfoque da diversidade de traços fônicos e prosódicos do português brasileiro e de comunidades interétnicas.

Em comunidades interétnicas, como a de Marechal Cândido Rondon, os traços bidialetais e as marcas caracterizadas nas produções escritas são a

presença de fortes traços lingüísticos, associados à língua falada, ou seja, a transferência e/ou o princípio de saliência fônica nas produções escritas de alunos do ensino básico até as redações de vestibular, (BORSTEL; KLEIN; HITZ; 2002), sobretudo quando a língua falada em questão não é socialmente prestigiada, não é atuante em nenhum contexto comunicativo, a não ser em determinadas comunidades de minorias étnicas e de base rural. Para Bortoni-Ricardo (1984, p.10), “a variedade ‘rurbana’ conserva traços dos dialetos rurais, principalmente no que concerne à simplificação do sistema flexional da língua portuguesa”.

Mesmo que estes traços de transferências do oral para o escrito estejam presentes, não podem ser vistos como intrínsecos ao texto enquanto artefato lingüístico, isto é, como uma evidência possível de ser identificada por qualquer leitor, em qualquer situação, mas como um efeito que se verifica, ou não, na leitura, em função do conjunto das práticas de letramento em que se dá a interlocução mediada pela escrita.

Portanto, é necessário que o professor trabalhe com os traços de transferências lingüísticas, iniciando pelos traços fônicos da língua vernácula étnica, mostrando o ponto e o modo de articulação dos fonemas da língua de origem de seus descendentes e como estes se distinguem das variantes do português brasileiro, efetuando uma prática pedagógica *na e pela* diferença dos traços fônicos.

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas privilegiam o conhecimento e o auto-conhecimento do senso comum, sobre a apresentação da evolução dos estudos históricos da fonética como ciência da linguagem, pelos lingüistas da Idade Média até à atualidade, assim como, a abordagem dos estudos dados à fonética, sob o ponto de vista descritivo dos sons da linguagem, pelos estudiosos da lingüística. Analisou-se e interpretou-se também a fonética que foi apresentada no Livro Didático, de quintas séries, assim como a preocupação que se tem com os traços fônicos de transferências de lingüísticas da língua vernácula étnica dos descendentes de imigrantes em comunidades interétnicas. Mesmo havendo neste estudo explicações das concepções fonéticas, é necessário que se parte de um conceito dos elementos fônicos desprendido do efeito físico e

fisiológico integral que apresentam em cada enunciação, reconhecendo que, acima desta realidade, há uma realidade que se chama sistema fonológico, da língua portuguesa, e que se deve estudar lado a lado a fonética e a fonologia do português brasileiro e de traços fônicos, utilizados por descendentes de imigrantes em comunidades interétnicas, de acordo com as variáveis lingüísticas regionais, sociais e institucionais.

Vale ressaltar ainda que, a partir destas reflexões sobre o estudo da fonética e do material encontrado no livro didático de quintas séries, constatou-se que, neste campo da lingüística, algumas mudanças já ocorreram, mas não se pode considerar que se constituíram, de fato, num avanço qualitativo.

Portanto, é necessário que os alunos dos Cursos de Letras, com uma formação lingüística sobre os conceitos de fonética e fonologia e sua aplicabilidade quando das variações lingüísticas e quanto aos segmentos consonantais, vocálicos e dos elementos prosódicos do falar do português brasileiro, desenvolvem um estudo, levando em conta os aspectos contrastivos com o conhecimento e o autoconhecimento do senso comum que lhes é dado, sobre a concepção da lingüística, para poderem atuar com a proposta apresentada pelos materiais didáticos das escolas, em um processo de implementação de uma proposta de renovação do ensino da fonética em sala de aula.

Do ponto de vista da prática pedagógica, é preciso ressaltar que esse objeto de ensino deve ser entendido como sendo o que a prática escolar privilegia e legitima: a linguagem, a cultura e a etnia do outro sem que haja o estigma. Trata-se, desse modo, de uma análise lingüística e didática a que os docentes precisam atender e, assim, possam ser aceitas para poder analisar o diferente, a partir dos traços da língua materna vernácula dos descendentes de imigrantes para observar o semelhante da língua portuguesa.

Entende-se que estas reflexões sobre a construção de objetos de práticas pedagógicas precisam ser inseridas como conhecimento fundamental para os docentes em comunidades interétnicas, e que se deve, também, trabalhar com os elementos prosódicos do jogo lúdico, através de músicas e poemas da língua materna vernácula de grupos étnicos do seu contexto familiar, e que esses traços de reiterações e aliteraões de segmentos consonantais e vocálicos devem ser relacionados com os traços fonéticos segmentais semelhantes e diferentes no aprendizado do português institucionalizado nas práticas pedagógicas em sala de aula.

Referências

- BORTONI-RICARDO, S. M. Problemas de comunicação interdialeto. *Revista Tempo Brasileiro*, v.78/79, p.9-32, 1984.
- BORSTEL, C. N. von; KLEIN, J. C.; HITZ, N. D. Cenas da escrita: indícios de transferências lingüísticas. In: *Anais... Jornada de Estudos lingüísticos e literários*, 5. v. 5, n. 5, p.88-100, 2002.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 1997.
- CALLOU, D.; LEITE, Y. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.
- CEREJA, W. R; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens, quinta série: língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Atual, 2002.
- CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: CHOMSKY, N. (Ed.). *The minimalist program*. Cambridge. The MIT Press, 1995.
- FARACO, C. A. *Lingüística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Diretrizes curriculares de língua portuguesa para a educação básica*. Secretaria de Estado da Educação e Superintendência da Educação, Curitiba, 2006.
- HABERMAS, J. *Más allá del Estado nacional*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística*. Trad. Rosa V. Mattos e Silva; Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.
- MALMBERG, B. *A fonética: no mundo dos sons da linguagem*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.
- MARTINET, A. *Elementos de lingüística geral*. Trad. Jorge Morais-Barbosa. 8. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.
- MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. Fonética. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução a lingüística: domínios e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.105-142.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Klincksieck.,1926.
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 14. ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 2003.
- TARALLO, F.; ALKMIN, T. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987.

Clarice Nadir von Borstel

VASCONCELOS, J. L. *Textos arcaicos*. 5. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

Recebido para publicação em 25 de abril de 2008.

Aceito para publicação em 10 de junho de 2008.